

Conteúdo

- ▶ Elementos identificativos da empresa
- ▶ Contactos da empresa
- ▶ Órgãos Sociais
- ▶ Relatório de Gestão
- ▶ Balanço
- ▶ Demonstração dos resultados por naturezas
- ▶ Demonstração das alterações no capital próprio
- ▶ Fluxos de Caixa
- ▶ Anexo
- ▶ Relatório e parecer do conselho fiscal
- ▶ Certificação legal das contas

1 - Denominação Social:	Hortapronta - Hortas do Oeste, SA
2 - Data de Constituição:	25.Abril.1990
3 - Sede:	Vale do Grou Freguesia: Atouguia da Baleia Concelho: Peniche Distrito: Leiria Código Postal: 2526-909 Atouguia da Baleia
4 - Telefone/Fax:	Telef. 262 760010 Fax 262 760029
5 - N.º de Identificação Fiscal (NIPC):	502 486 058
6 - Inscrição Comercial:	Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Peniche sob o número único e Pessoa Colectiva 502486058
7 - Natureza Jurídica:	Sociedade Anónima
8 - Forma de Gestão:	Empresarial Privada
9 - Actividade Económica:	CAE 46311 - Comércio por Grosso de Fruta e Produtos Hortícolas
10 - Capital Social:	Em 24.11.1999 / 1.396.635,00 Euros

CONTACTOS

Conselho de Administração:

alicevala@hortapronta.com
carlosmarques@hortapronta.com

Conselho Fiscal:

carlosleiria@hortapronta.com

Departamento Administrativo e Financeiro:

andrejorge@hortapronta.com

Secção de Contabilidade:

inesrainha@hortapronta.com
humbertoperdigao@hortapronta.com

Secção de Pessoal:

anaalves@hortapronta.com

Secção Comercial:



Compras: carmindacosta@hortapronta.com
Vendas: zezinhacolaco@hortapronta.com
Vendas: virginiachagas@hortapronta.com
Intracomunitárias: fernandamarques@hortapronta.com

Secção de Transportes:

humbertoperdigao@hortapronta.com

Secção de Gestão de Stocks:

jcviola@hortapronta.com
nunomamede@hortapronta.com

Departamento Informático:

jcviola@hortapronta.com

Departamento Técnico:

piiedadebernardes@hortapronta.com
humbertobizarro@hortapronta.com

Secção de Organização de Produtores:

silviasantos@hortapronta.com

Departamento Jurídico:

anapaulavala@hortapronta.com

Sede:

sede@hortapronta.com

Assembleia Geral

Presidente: Dr^a Ana Paula Chagas Vala Amaro

Secretário: Mario Luis Santos Vala

Secretário: Dr^a Ana Luísa Martins Alves

Conselho de Administração

Presidente : José Artur de Jesus Vala

Administradores: Celestino Santos Marques

Administradores: Dr^a Alice Maria Chagas Vala

Administradores: Carlos Miguel Vala Marques

Administradores: Carlos dos Santos Amaro

Conselho Fiscal

Fiscal Único: Dr. Carlos Leiria Duarte

RELATÓRIO DE GESTÃO

1-Introdução

Nos termos dos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais , o Conselho de Administração submete à apreciação e aprovação dos Senhores accionistas o Relatório e Contas referente ao exercício económico de 2010.

Dando cumprimento ao normativo contabilístico em vigor desde 1 de Janeiro de 2010, que revogou o Plano Oficial de Contabilidade e implementou o novo Sistema de Normalização Contabilística, as demonstrações financeiras agora apresentadas foram elaboradas tendo em consideração os novos modelos de apresentação e de acordo com a Estrutura Conceptual e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro consignadas no referido SNC.

2-Enquadramento Económico

Durante o ano de 2010, a evolução da generalidade dos indicadores económicos, quer os que se reportam à avaliação da nossa economia, quer aos da generalidade das economias da Zona Euro, não foi a mais estimulante para o desenvolvimento dos indicadores de confiança de consumidores e empresários. E a verdade é que o nosso País está mergulhado tanto em termos económicos como financeiros numa crise profunda, que atinge de forma muito particular o tecido empresarial constituído pelas Pequenas e Médias Empresas, empresas estas com mais dificuldades em reagir às consequências da diminuição do consumo e às restrições ao crédito bancário.

Considerando este enquadramento económico tão desfavorável somos obrigados a concluir que a actividade da Hortapronta se manteve a níveis bastante aceitáveis, registando-se inclusivamente um crescimento tanto no que se refere ao volume de negócios como do investimento. No fundo, a empresa fez jus ao seu historial de quase vinte anos, mantendo um crescimento sustentado aliado à manutenção de uma estrutura bastante equilibrada nas suas várias vertentes, tal como iremos constatar pelos elementos que seguidamente iremos analisar.

3-Actividade desenvolvida

3.1-Rendimentos:

Os Rendimentos da Hortapronta totalizaram 17.637.120,45 euros, sendo a sua origem de acordo com o quadro seguinte:

Vendas de mercadorias	16.882.744,48	95,73%
Subsídios à Exploração (IFAP e POPH)	406.205,13	2,30%
Outros Rendimentos (Suplementares e Outros)	347.196,33	1,97%
Juros e dividendos	974,51	0,01

No que se refere à VENDAS verificou-se um excelente desempenho. Comparativamente com o ano anterior o acréscimo foi de 1.243.906,79 euros , correspondente a 7,95%, merecendo especial destaque o aumento de 47,22% no que se refere às vendas intracomunitárias

Evolução das vendas Mercado Interno:

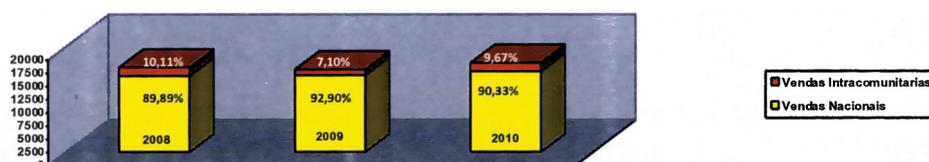
2008	2009	2010
14.411.602,09	14.529.262,27	15.249.209,51

Evolução das vendas Mercado Intracomunitário:

2008	2009	2010
1.620.979,67	1.109.575,42	1.633.534,97

Evolução das vendas Totais:

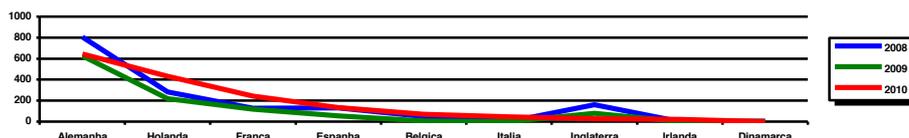
2008	2009	2010
16.032.581,76	15.638.837,69	16.882.744,48



O destino principal das nossas vendas para a União Europeia continua a ser a Alemanha, Holanda, França e Espanha, conforme se constata no quadro seguinte:

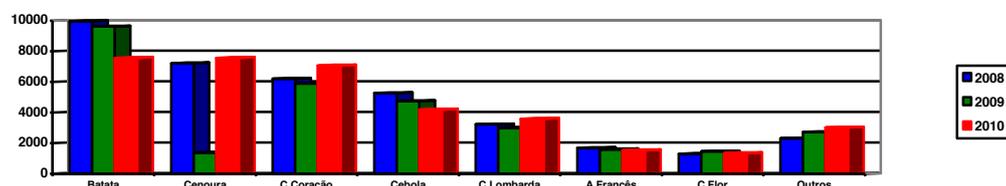
	Alemanha	Holanda	França	Espanha	Bélgica	Itália	Inglaterra	Irlanda	Dinamarca
2008	805	284	129	132	49	-	160	-	4
2009	626	220	118	54	5	-	80	-	3
2010	645	431	243	133	71	45	28	22	-

*em milhares de euros



Quanto aos produtos comercializados destacam-se, como habitualmente, a batata, cenoura, couve-coração, cebola, couve-lombarda e alho francês, cujas quantidades comercializadas (em toneladas) foram as seguintes:

	Batata	cenoura	C.Coração	cebola	C.Lombarda	alho francês	C.Flor	Outros
2008	9.972	7.218	6.207	5.269	3.227	1.686	1.297	2.313
2009	9.630	7.383	5.896	4.748	3.009	1.587	1.452	2.730
2010	7.578	7.571	7.077	4.201	3.597	1.532	1.340	3.021



No que se refere aos SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO a empresa, no âmbito da Organização de Produtores e inserido no Programa Operacional do triénio 2008-2010, obteve no exercício subsídios no montante de 376.029,17 euros, em que se inclui o valor de 218.067,00 euros relativos a Retiradas do mercado para o Banco Alimentar contra a Fome. No âmbito da Formação e inserido no POPH-Programa Operacional Potencial Humano, foi também subsidiada em 30.175,96 euros.

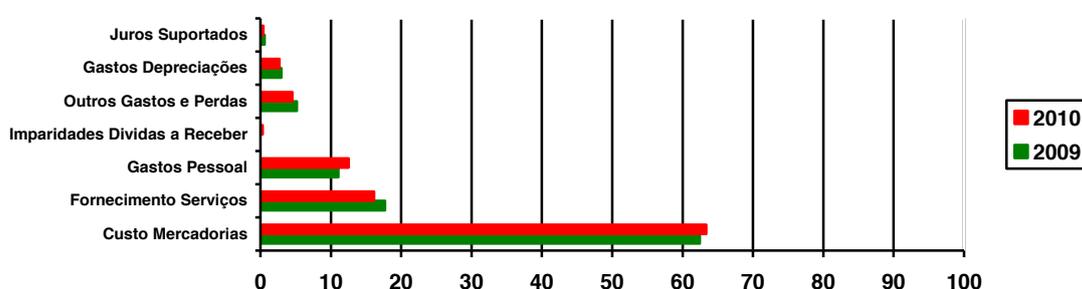
Relativamente aos OUTROS RENDIMENTOS, dizem respeito a proveitos vários de menor expressão, podendo-se destacar, considerando o seu conteúdo, o valor de 201.453,36 euros que se refere a “Imputação de Subsídios para Investimentos”, proveniente do tratamento fiscal que está associado aos bens de investimento que são subsidiados, correspondente às depreciações anuais de que foram objecto, na proporção da respectiva percentagem do subsídio.

Os JUROS E DIVIDENDOS, como se verifica, são de montantes irrelevantes e dizem respeito a juros de depósitos à ordem e a dividendos atribuídos pelo MAC, SA.

3.2-Gastos

Os gastos da Hortapronta totalizaram 17.371.982,65 euros, apresentando-se de seguida a sua estrutura e o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos:

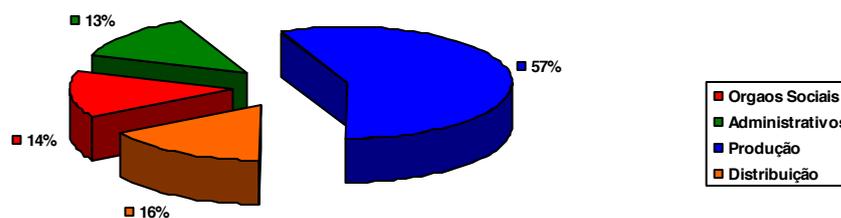
			2009
Custo das mercadorias vendidas e mat. consumidas	11.010.724,93	63,38%	62,45%
Fornecimentos e serviços externos	2.801.836,39	16,13%	17,69%
Gastos com o pessoal	2.175.959,62	12,53%	11,08%
Imparidades de dívidas a receber	53.514,61	0,31%	0,00%
Outros gastos e perdas	788.569,53	4,54%	5,18%
Gastos de depreciações e amortizações	465.908,92	2,68%	2,99%
Juros e gastos similares suportados	75.468,65	0,43%	0,61%



Analisando em termos comparativos 2010/2009, nota-se claramente que há um equilíbrio entre a estrutura de gastos dos dois exercícios. Tal facto, leva-nos a concluir da imprescindibilidade dos gastos suportados para o bom desempenho da empresa.

Na área dos Recursos Humanos regista-se a admissão de novos trabalhadores, sendo o quadro de pessoal assim constituído:

	Nº Médio			Em Dez.			Custo	
	2008	2009	2010	2008	2009	2010		
Org.Sociais	3	5	5	3	5	5	296.162,06	13,61%
Administrativos	12	12	14	12	12	14	285.107,10	13,10%
Produção	59	66	87	62	78	83	1.239.652,61	56,97%
Distribuição	20	17	16	19	18	17	355.037,85	16,32%
Totais	94	100	122	96	113	119	2.175.959,62	100%



4-Investimento

O investimento totalizou 1.007.764,93 euros , assim distribuído:

Terrenos e recursos naturais	10.714,46
Edifícios e outras construções	220.183,76
Equipamento básico	611.247,44
Equipamento de transporte	41.237,20
Equipamento administrativo	3.196,07
Outros	5.867,00
Investimentos em Curso	115.319,00
Total	1.007.764,93

Na sua maior parte este investimento é objecto de subsídio, ora por integrar o PO-Programa Operacional da Organização de Produtores, ora porque foi apresentada candidatura ao programa PRODER-Programa de Desenvolvimento Rural, já aprovada. Nestes termos o investimento efectuado está assim enquadrado:

Investimento c/apoio OP	Subsídio de 64,28% ► 362.147,89	563.366,02
Investimento c/apoio PRODER	Subsídio de 40,00% ► 94.183,77	234.788,66
Investimento sem apoios	---	209.610,25

5-Situação Financeira

A situação financeira da empresa é bastante equilibrada. A gestão de tesouraria foi feita de forma criteriosa com o recurso, quando necessário, à utilização das contas correntes caucionadas, com médias de utilização abaixo dos valores contratados. Neste tipo de apoios – c/correntes e descobertos bancários- estão contratados 2.500.000,00 euros, sendo que no fim do exercício estavam disponíveis para utilização o montante de 2.395.000,00 euros.

No que se refere ao endividamento de Médio/Longo Prazo existem as seguintes operações em vigor:

	Saldo em 31/12/2010	Amortizações em 2011	Ano da Liquidação
Fin CGD	200.000,00	200.000,00	---
Fin CGD	250.000,00	125.000,00	2012
Fin CGD	1.000.000,00	0,00	2016
Fin CCAM	257.911,47	127.908,01	2012
Fin CCAM	1.500.000,00	500.000,00	2013
Totais	3.207.911,47	952.908,01	

A empresa não recorreu a qualquer operação financeira tipo Leasing, ALD, Renting, Papel comercial, Factoring, etc., sendo o endividamento bancário constituído unicamente por operações tradicionais de financiamento.

5-Rácios

Os rácios a seguir indicados indiciam que a Hortapronta é uma empresa bem estruturada, com todas as condições de assumpção das suas responsabilidades de médio e/ou curto prazo.

Rácios	2010	2009
Rácios Financeiros:		
Liquidez Geral	168,18%	233,61%
Autonomia Financeira	38,07%	41,80%
Solvabilidade	61,48%	71,83%
Cobertura do Activo não Corrente	184,02%	212,04%
Rácios Económicos:		
EBITDA	806.515,37	908.537,74
EBIT	340.606,45	426.343,20
VAB	3.476.388,29	3.150.610,50
Rácios de Funcionamento:		
Prazo médio de recebimentos (dias)	83,22	78,43
Prazo médio de pagamentos (dias)	63,44	55,26

6-Perspectivas

Como é do conhecimento geral e tendo em conta os últimos acontecimentos , as perspectivas para a economia portuguesa para o ano de 2011 não são nada animadoras. Os últimos acontecimentos políticos são bem elucidativos das grandes dificuldades que o País vai atravessar. Desemprego, encerramento de empresas, dificuldades no acesso ao crédito, são uma constante, com tendência a agravar-se.

Estamos no entanto convictos que tendo em conta a área de actividade em que a Hortapronta se insere, aliada à solidez da empresa, permitirá enfrentar este agudizar da crise. Por isso, é nossa intenção manter o plano de investimentos que está delineado para o triénio de 2011-2013, com apoios já aprovados do PRODER e do IFAP no âmbito do respectivo Programa Operacional da Organização de Produtores.

Plano de Investimentos:

		2011	2012	2013
Edifícios e out Construções	Subs. PO	222.683,40	-	144.400,00
Edifícios e out Construções	Subs. PRODER	458.000,00	-	-
Equipamento Básico	Subs. PO	368.009,50	685.892,80	331.413,80
Equipamento Básico	Subs. PRODER	674.538,14	-	-
Totais		1.723.231,04	685.892,80	475.813,80

7-Resultado Líquido do Exercício

O Resultado Líquido do Exercício corresponde a um lucro de 242.534,87 euros, ao qual o Conselho de Administração propõe que seja dada a seguinte aplicação:

- Para o Fundo de Reserva Legal.....= 12.500,00 euros

-Para Resultados Transitados.....= 230.034,87 euros.

8-Considerações:

Finalmente, queremos expressar os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança, em particular aos clientes, fornecedores e instituições financeiras que nos apoiaram.

Aos nossos colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, fundamental para o crescimento da empresa.

Atouguia da Baleia, 4 de Fevereiro de 2011.

O Conselho de Administração,

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- ▶ Balanço

- ▶ Demonstração dos resultados por naturezas

- ▶ Demonstrações das alterações no capital próprio

- ▶ Fluxos de caixa

- ▶ Anexo

Técnico Oficial de Contas

(André Jorge Tápia da Silveira)

Conselho de Administração

(José Artur de Jesus Vala)

(Celestino Santos Marques)

(Dr.ª Alice Maria Chagas Vala)

(Carlos Miguel Vala Marques)

(Carlos Santos Amaro)

BALANÇO
31 de Dezembro de 2010

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2010	2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	3.869.685,47	3.324.282,22
Activos intangíveis	7	52.429,52	55.976,76
Participações financeiras-outros métodos	28	24.939,89	26.689,89
Outros activos financeiros	28	1.750,00	
		3.948.804,88	3.406.948,87
Activo corrente			
Inventários	19	3.284.929,02	2.247.624,67
Clientes	28	4.069.295,77	3.538.781,93
Estado e outros entes públicos	26	87.354,43	163.918,50
Outras contas a receber	28	393.750,26	578.920,30
Diferimentos	31.2	118.003,94	111.317,82
Caixa e depósitos bancários	4	229.596,69	32.145,35
		8.182.930,11	6.672.708,57
Total do activo		12.131.734,99	10.079.657,44
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	28.16	1.396.635,00	1.396.635,00
Outros instrumentos capital próprio	28.19	350.432,39	
Reservas legais		102.284,45	90.284,45
Resultados transitados		1.349.569,32	1.172.180,55
Outras variações no capital próprio	23	1.177.342,27	1.315.077,93
Resultado líquido do período		242.534,87	239.627,24
Total do capital próprio		4.618.798,30	4.213.805,17
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11;28	2.255.003,46	3.009.033,06
Passivos por impostos diferidos	26	392.613,96	
		2.647.617,42	3.009.033,06
Passivo corrente			
Fornecedores	28	2.933.914,60	2.242.328,12
Estado e outros entes públicos	26	56.529,42	61.192,64
Financiamentos obtidos	11;28	1.287.431,93	228.270,89
Outras contas a pagar	28	587.443,32	325.027,56
		4.865.319,27	2.856.819,21
Total do passivo		7.512.936,69	5.865.852,27
Total do capital próprio e do passivo		12.131.734,99	10.079.657,44

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31 de Dezembro de 2010

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	21	16.882.744,48	15.638.837,69
Subsídios à exploração	21;23	406.205,13	452.738,25
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	(11.010.724,93)	(10.083.826,48)
Fornecimentos e serviços externos	31.3	(2.801.836,39)	(2.857.138,96)
Gastos com o pessoal	29	(2.175.959,62)	(1.789.494,98)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	28	(53.514,61)	
Outros rendimentos e ganhos	21;31.5	347.196,33	381.718,98
Outros gastos e perdas	31.4	(788.569,53)	(836.027,05)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		805.540,86	906.807,45
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	7;8	(465.908,92)	(482.194,54)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		339.631,94	424.612,91
Juros e rendimentos similares obtidos	21	974,51	1.730,29
Juros e gastos similares suportados	11	(75.468,65)	(99.094,76)
Resultado antes de impostos		265.137,80	327.248,44
Imposto sobre o rendimento do período	26	(22.602,93)	(87.621,20)
Resultado líquido do período		242.534,87	239.627,24

Hortapronta-Hortas do Oeste SA
Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período de 2010

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transiados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009	1	1.396.635				77.284		954.893				255.288	2.684.100
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2					13.000		217.288			1.315.078	(255.288)	1.290.078
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											239.627	239.627
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3												
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	5												1.529.705
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009	6=1+2+3+5	1.396.635				90.284		1.172.181			1.315.078	239.627	4.213.805

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transiados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	6	1.396.635				90.284		1.172.181				239.627	4.213.805
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7					12.000		177.389			(137.736)	(239.627)	(187.974)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											242.535	242.535
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8												
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	10												54.561
Outras Operações				350.432									350.432
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	6+7+8+10	1.396.635		350.432		102.284		1.349.570			1.177.342	242.535	4.618.798

Demonstração dos Fluxos de Caixa

31 de Dezembro de 2010

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2010	2009
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes	28	16.352.230,64	15.804.701,66
Pagamentos a fornecedores	28	14.158.279,19	13.169.553,08
Pagamentos ao pessoal	29	2.123.074,18	1.768.935,18
Caixa gerada pelas operações		70.877,27	866.213,40
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	26	75.731,46	97.818,05
Outros recebimentos/pagamentos		(161.096,02)	(237.073,28)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(165.950,21)	531.322,07
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>	8	749.801,20	653.615,35
<i>Activos intangíveis</i>	7		167,00
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>	23	536.285,76	251.047,92
<i>Juros e rendimentos similares</i>	21	399,62	3.276,76
<i>Dividendos</i>	21	574,89	1.056,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(212.540,93)	(398.401,67)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	11	655.563,83	
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			39.664,87
<i>Juros e gastos similares</i>	11	79.621,35	109.557,55
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		575.942,48	(149.222,42)
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		197.451,34	(16.302,02)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	32.145,35	48.447,37
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	229.596,69	32.145,35

ANEXO

EXERCÍCIO 2010

(artigo 1º al. f) da Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro)

Índice das notas

Nº	Nome
1	Identificação da entidade
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3	Principais políticas contabilísticas
4	Fluxos de caixa
7	Activos intangíveis
8	Activos fixos tangíveis
11	Custos de empréstimos obtidos
19	Inventários
21	Rédito
23	Subsídios do Governo e apoios do Governo
26	Imposto sobre o rendimento
28	Instrumentos financeiros
29	Benefícios de empregados
30	Divulgações exigidas por diplomas legais
31	Outras informações

1-IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Hortapronta-Hortas do Oeste, SA., é uma sociedade anónima com sede em Vale do Grou, Atouguia da Baleia. A empresa dedica-se à actividade de Comércio por grosso de Produtos Hortícolas.

2-REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Referencial contabilístico:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010 de 23 de Agosto;
- Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), antes referidas, em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração das demonstrações financeiras completas, de acordo com o referido no ponto 2.4 deste anexo, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstas no artigo 1º da Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, demonstração dos resultados por naturezas, demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa, com expressão dos respectivos montantes em euros.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas:

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior:

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentados em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

2.4 – Adopção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória:

Até 31 de Dezembro de 2009 a empresa elaborou as suas demonstrações financeiras, de acordo com os Princípios contabilísticos geralmente aceites (PCGA) previstos no POC. As que se referem a 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustadas de forma a estarem de acordo com a NCRF.

Na sequência desse ajustamento as alterações ocorridas foram as seguintes:

Subsídios do Governo: O POC dispunha que os Subsídio do Governo não reembolsáveis e relacionados com activos fixos tangíveis eram inicialmente reconhecidos no passivo e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos. De acordo com o

disposto no ponto 22 da NCRF 25, os subsídios devem ser reconhecidos inicialmente nos capitais próprios.

Custos e proveitos extraordinários: O SNC não contempla a existência de resultados extraordinários.

Dos referidos ajustamentos resultou uma alteração da posição financeira com o aumento do Capital Próprio, mantendo idêntico o desempenho financeiro com a manutenção do Resultado Líquido do Período.

Os efeitos no Balanço de 31/12/2009, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas, em conformidade com as NCRF em vigor a partir de 01/01/2010, detalham-se como se segue:

Balanço em 31 de Dezembro de 2009 reexpresso de acordo com as NCRF

Rubricas	POC	Ajust e Reclassef	SNC
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.324.282,22		3.324.282,22
Activos intangíveis	55.976,76		55.976,76
Participações financeiras	24.939,89		24.939,89
Outros activos financeiros	1.750,00		1.750,00
	3.406.948,87		3.406.948,87
Activo corrente			
Inventários	2.247.624,67		2.247.624,67
Clientes	3.538.781,93		3.538.781,93
Estado e outros entes públicos	163.918,50		163.918,50
Outras contas a receber	578.920,30		578.920,30
Diferimentos	111.317,82		111.317,82
Caixa e Depósitos Bancários	32.145,35		32.145,35
	6.672.708,57		6.672.708,57
Total do Activo	10.079.657,44		10.079.657,44
Capital próprio			
Capital realizado	1.396.635,00		1.396.635,00
Reservas legais	90.284,45		90.284,45
Resultados Transitados	1.172.180,55		1.172.180,55
Outras variações no capital próprio		1.315.077,93	1.315.077,93
Resultado líquido do período	239.627,24		239.627,24
Total do Capital Próprio	2.898.727,24		4.213.805,17
Passivo não corrente			
Financiamentos Obtidos		3.009.033,06	3.009.033,06
Dívidas a instituições de crédito	2.658.600,67	-2.658.600,67	
Outros accionistas	350.432,39	-350.432,39	
	3.009.033,06		3.009.033,06
Passivo corrente			
Financiamentos obtidos	228.270,89		228.270,89
Fornecedores	2.242.328,12		2.242.328,12
Estado e outros entes públicos	61.192,64		61.192,64
Outras Contas a Pagar	325.027,56		325.027,56
Proveitos diferidos	1.315.077,93	-1.315.077,93	
	4.171.897,14		2.856.819,21
Total do Passivo	7.180.930,20		5.865.852,27
Total do Capital Próprio e do Passivo	10.079.657,44		10.079.657,44

Demonstração Resultados por Naturezas em 31/12/2009 reexpressa de acordo com as NCRF

Rubricas	POC	Ajust e Reclassif	SNC
Vendas e serviços prestados	15.638.837,69		15.638.837,69
Subsídios à exploração	452.738,25		452.738,25
Custo das mercadorias e matérias consumidas	(10.083.826,48)		(10.083.826,48)
Fornecimentos e serviços externos	(2.857.138,96)		(2.857.138,96)
Gastos com o Pessoal	(1.789.494,98)		(1.789.494,98)
Outros rendimentos e ganhos		381.718,98	381.718,98
Ganhos/Perdas imputados		1.730,29	1.730,29
Proveitos Suplementares	119.931,32	-119.931,32	
Outros proveitos operacionais	6.600,00	-6.600,00	
Outros	7.197,77	-7.197,77	
Proveitos extraordinários	249.720,18	-249.720,18	
Outros gastos e perdas		836.027,05	(836.027,05)
Impostos	(22.503,93)	-22.503,93	
Outros Custos	(30.251,87)	-30.251,87	
Custos extraordinários	(711.346,86)	-711.346,86	
Juros e Similares	(71.924,39)	-71.924,39	
Resultados antes de depreciações, financ. e impostos	908.537,74		908.537,74
Gastos/reversões de depreciação e amortização	482.194,54		482.194,54
Resultado Operacional (antes gastos fin e imp.)	426.343,20		426.343,20
Juros e Similares	99.094,76		99.094,76
Resultado antes de impostos	327.248,44		327.248,44
Imposto sobre o rendimento do período	87.621,20		87.621,20
Resultado líquido do período	239.627,24		239.627,24

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento básico	7 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 5 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10 anos

As despesas de manutenção e reparação que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos que ainda não se encontram em condições de utilização, só se efectuando as respectivas depreciações no ano em que entram em funcionamento.

Activos Intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

Inventários

Mercadorias e Matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, sendo este inferior ao valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, sendo apenas reconhecido na demonstração dos resultados quando são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativas da propriedade dos bens. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Subsídios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à Exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática proporcional às respectivas depreciações.

Considerando o entendimento divulgado pela Comissão de Normalização Contabilística, em Maio de 2010, em que este tipo de subsídios originam passivos por impostos diferidos, a empresa, com início no presente exercício, passou a contabilizar este facto.

Imposto sobre o rendimento do exercício

O imposto sobre o rendimento reconhecido como gasto do período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras encontra-se corrigido pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos nos termos do ponto anterior.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelos órgãos de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidos como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados com os seguintes critérios:

Dívidas de terceiros

A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente, estando mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa.

4-FLUXOS DE CAIXA**4.2-Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:**

Descrição	2009	2010
Caixa	24.409,37	22.669,76
Depósitos bancários (imediatamente mobilizáveis)	7.735,98	206.926,93
Totais	32.145,35	229.596,69

7-ACTIVOS INTANGÍVEIS**7.1-Divulgações para cada classe de activos intangíveis, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente e outros activos intangíveis:**

a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis:

Activos tangíveis-outros	Vida útil (anos)	Taxas de amortização
Software de computadores	3	33,33%
Direitos de propriedade	25	4%

b) Métodos de amortização:

Só existem activos intangíveis com vidas úteis finitas os quais são amortizados pelo método da linha recta.

d) O valor das amortizações relativas a activos intangíveis incluídas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e amortização” da demonstração dos resultados ascende a:

Amortizações do período-outros	2010	2009
Software de computadores	55,66	478,88
Direitos de propriedade	3.491,58	3.491,58
Totais	3.547,24	3.970,46

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

Descrição	Projectos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	TOTAL
TOTAIS ACTIVOS INTANGÍVEIS					
Valor bruto total no fim do período		72.546,95	147.145,38		219.692,33
Amortizações acumuladas totais no fim do período		72.491,26	94.771,55		167.262,81
VIDA ÚTIL INDEFINIDA					
Valor bruto no início					
Imparidades acumuladas					
Saldo no início do período					
Aquisições do período					
Valor bruto no fim do período					
(Das quais perdas do período)					
Valor líquido no fim do período					
VIDA ÚTIL DEFINIDA					
Valor bruto no início		72.546,95	147.145,38		219.692,33
Amortizações acumuladas		72.435,60	91.279,97		163.715,57
Imparidades acumuladas					
Saldo no início do período		111,35	55.865,41		55.976,76
Variações do período		(55,66)	(3.491,58)		(3.547,24)
Aquisições em primeira mão					
Outras aquisições					
Trabalhos para a própria entidade					
Rvalorizações (+)					
Outros aumentos					
Total de aumentos					
Amortizações do período		55,66	3.491,58		3.547,24
Perdas por imparidade					
Alienações					
Abates					
Total diminuições		55,66	3.491,58		3.547,24
Reversões de perdas por imparidade					
Saldo no final do período		55,69	52.373,83		52.429,52

8-ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**8.1-Divulgações sobre activos fixos tangíveis:****a) Bases de mensuração:**

Os activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações.

b) Método de depreciação usado:

A empresa deprecia os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta.

d) e e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	TOTAL
Valor bruto no início	711.247,65	3.044.301,77	3.061.910,15	1.034.710,31	219.737,15	635.073,84	654.753,50	9.361.734,37
Depreciações acumuladas		2.032.544,62	2.320.160,42	981.516,81	212.932,15	490.298,15		6.037.452,15
Imparidades acumuladas								
Saldo no início do período	711.247,65	1.011.757,15	741.749,73	53.193,50	6.805,00	144.775,69	654.753,50	3.324.282,22
Variações do período	10.714,46	530.137,85	584.961,78	9.234,40	(1.600,54)	(48.610,20)	(424.115,50)	660.722,25
Total de aumentos	10.714,46	220.183,76	611.247,44	41.237,20	3.196,07	5.867,00	115.319,00	1.007.764,93
Aquisições em primeira mão	10.714,46	220.183,76	611.247,44	41.237,20	3.196,07	5.867,00	115.319,00	1.007.764,93
Outras aquisições								
Trabalhos para a própria entidade								
Revalorizações (+)								
Outros aumentos								
Total diminuições		164.799,41	206.285,66	32.002,80	4.796,61	54.477,20		462.361,68
Depreciações do período		164.799,41	206.285,66	32.002,80	4.796,61	54.477,20		462.361,68
Perdas por imparidade								
Alienações								
Abates								
Outras diminuições								
Reversões de perdas por imparidade								
Transferências de AFT								
Outras transferências		474.753,50	180.000,00				(654.753,50)	
Saldo no fim do período	721.962,11	1.541.895,00	1.326.711,51	62.427,90	5.204,46	96.165,49	115.319,00	3.869.685,47
Valor bruto no fim do período	721.962,11	3.739.239,03	3.853.157,59	1.075.947,51	222.933,22	640.940,84	115.319,00	10.369.499,30
Depreciações acumuladas no fim do período		2.197.344,03	2.526.446,08	1.013.519,61	217.728,76	544.775,35		6.499.813,83
Garantias de passivos/titularidade restringida								

8.2-Restrição de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Para garantia de todas as responsabilidades assumidas por empréstimos bancários junto da CGD até ao montante de 613.521,41 euros existe uma Hipoteca genérica/Hipoteca de prédio.

11-CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

19-INVENTÁRIOS**19.1-Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada:**

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo sendo este inferior ao valor realizável líquido. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

19.2-Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas:

Inventários	2010	2009
Mercadorias	2.838.606,74	1.754.328,17
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	446.322,28	493.296,50
Totais	3.284.929,02	2.247.624,47

19.4-Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período:

Descrição	2010		2009	
	Mercadorias	M.Primas, subs. e cons.	Mercadorias	M.Primas, subs. e cons.
Inventário Inicial	1.754.328,17	493.296,50	1.974.996,45	266.095,85
Compras	11.693.432,40	1.009.638,65	8.949.146,81	1.745.337,48
Reclassif. e Reg. de inventários	-655.041,77	0,00	-604.125,44	0,00
Inventário final	2.838.606,74	446.322,28	1.754.328,17	493.296,50
Gasto do Período	9.954.112,06	1.056.612,87	8.565.689,65	1.518.136,83

21-RÉDITO**21.2-Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:**

	2010	2009
Venda de bens	16.882.744,48	15.638.837,69
Juros	399,62	3.276,76
Dividendos	574,89	1.056,00
Subsídios à exploração	406.205,13	452.738,25
Outros	133.879,84	119.931,32
Totais	17.423.803,96	16.215.840,02

23-SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

23.2-Natureza e extensão dos subsídios do governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio:

A empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do governo:

Descrição	Natureza	2010		2009	
		Capitais Próprios	Demonstr. Resultados	Capitais Próprios	Demonstr. Resultados
OP	Não Reembolsável	362.147,89	376.029,17	242.994,32	426.640,14
PRODER	Não Reembolsável	94.183,77	0,00	207.536,76	1.197,60
POPH	Não Reembolsável	0,00	30.175,96	0,00	24.900,51
	Totais	456.331,66	406.205,13	450.531,08	452.738,25

23.3-Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do governo que tenham sido reconhecidas:

As condições necessárias à satisfação das disposições contratuais para a concessão dos subsídios discriminados no ponto anterior deste anexo estão a ser cumpridas, não sendo previsível qualquer alteração deste quadro. Os montantes e as naturezas das despesas realizadas estão de acordo com o previsto e não comprometem o valor dos subsídios recebidos e a receber.

26-IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a inspeção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contados a partir do exercício a que respeitam (dez anos para a Segurança Social, para exercícios até 2001 inclusive, cinco após 2001).

26.1-Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos:

Descrição	2010	2009
Resultado antes de imposto do período	265.137,80	327.248,44
Imposto corrente	72.841,39	87.621,20
Imposto diferido	(50.238,47)	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	22.602,92	87.621,20
Tributações autónomas	3.967,11	4.832,10
Taxa efectiva de imposto	0,27	0,27

26.2-Imposto diferido relacionado com itens debitados ou creditados no capital próprio:

Descrição	Constituição	Reversão	Saldo
Passivos por Impostos Diferidos -Subsídios ao investimento (AFT)	442.852,43	-50.238,47	392.613,96

28-INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1-Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros:

Todos os instrumentos financeiros (Clientes, Fornecedores, Contas a Receber, Contas a Pagar, Empréstimos bancários e Outros activos e participações financeiras) encontram-se mensurados ao custo.

28.2-Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros:

		Quantia escriturada
Clientes:		
Clientes gerais-Nacionais	3.851.970,70	
Clientes gerais-Intracomunitários	182.926,55	
Clientes gerais-P.Terceiros	34.398,52	
Clientes gerais-Cobrança duvidosa	53.514,61	
Imparidades acumuladas	-53.514,61	4.069.295,77
Outras Contas a Receber:		
Pessoal	1.711,78	
Outros devedores e credores	392.038,48	393.750,26
Fornecedores:		
Fornecedores gerais-Nacionais	2.237.051,36	
Fornecedores gerais-Intracomunitários	565.312,05	
Fornecedores c/facturas em recepção e conferência	131.551,19	2.933.914,60
Outras contas a pagar:		
Fornecedores de investimentos	258.887,73	
Credores por acréscimos (periodização económica)	304.405,43	
Outros devedores e credores	24.150,16	587.443,32
Financiamentos obtidos:		
Empréstimos bancários-correntes	1.287.431,93	
Empréstimos bancários-não correntes	2.255.003,46	3.542.435,39
Participações financeiras/Outros activos financeiros:		
Acções Mercado Abastecedor de Coimbra		24.939,89
Títulos Caixa de Crédito Agrícola		1.750,00

28.16-Número de acções representativas do capital social:

O Capital Social de 1.396.635,00 euros, que se encontra integralmente realizado, é constituído por 279.327 acções, todas elas nominativas e com o valor nominal de 5,00 euros cada.

28.19-Quantias e descrições de outros instrumentos de capital próprio:

Prestações acessórias: 350.432,39 euros.

29-BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Descrição	Valor	Nº médio
Remunerações dos órgãos sociais:		
Remunerações	246.018,85	5
Sub-total	246.018,85	
Remunerações do Pessoal:		
Remunerações do pessoal administrativo	241.035,01	14
Remunerações do pessoal produção	960.639,27	89
Remunerações do pessoal distribuição	304.499,09	16
Sub-total	1.506.173,37	
Encargos sobre remunerações:		
Remunerações dos Órgãos sociais	43.171,70	
Remunerações do pessoal administrativo	54.552,57	
Remunerações do pessoal produção	211.484,22	
Remunerações do pessoal distribuição	63.339,09	
Sub-total	372.547,58	
Seguros de acidentes no trabalho	35.304,83	
Outros gastos com o pessoal	15.914,99	
Total	2.175.959,62	124

30-DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**30.1-Relação das acções detidas pelo Conselho de Administração e respectivos cônjuges:**

Nomes	Nº de acções
José Artur de Jesus Vala	47.372
Celestino Santos Marques	47.372
Alice Maria Chagas Vala	19.938
Carlos Miguel Vala Marques	19.938
Carlos dos Santos Amaro	19.938
Ana Paula Chagas Vala Amaro	14.949
José Artur de Jesus Vala e Maria Lisete Pereira Vala Marques (em compropriedade)	4.988

30.2-Remunerações atribuídas ao Conselho de Administração:

Nº de elementos: 5 Total de remunerações: 246.018,85 euros.

31-OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1-Decomposição da rubrica “Estado e outros entes públicos”:

Descrição	Valores
Imposto sobre o rendimento (a pagar)	4.537,62
Retenção de impostos sobre rendimentos	13.598,79
Iva a Recuperar	87.354,43
Contribuições para a segurança social	38.393,01

31.2-Decomposição da rubrica “Diferimentos”:

Descrição	Valores
Seguros a reconhecer	14.630,86
Outros gastos a reconhecer	103.373,08

31.3-Decomposição da rubrica “Fornecimentos e serviços externos”:

Descrição	Valores
Serviços especializados	299.265,13
Materiais	174.903,77
Energia e fluidos	358.302,33
Deslocações, estadas e transportes	979.842,21
Serviços diversos	989.522,95

31.4-Decomposição da rubrica “Outros gastos e perdas”:

Descrição	Valores
Impostos (directos e indirectos)	19.593,17
Descontos de pronto pagamento concedidos	59.394,63
Perdas em inventários	617.772,03
Outros	91.809,70

31.5-Decomposição da rubrica “Outros rendimentos e ganhos”:

Descrição	Valores
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.147,21
Imputação de subsídios para investimentos	201.453,36
Outros	9.715,92



Hortas do Oeste, S.A.

Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da HORTAPRONTA – HORTAS DO OESTE, S.A. e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a acção desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2010, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal acompanhou a actividade e os negócios da Empresa, especialmente através da apreciação dos documentos, registos contabilísticos, documentação de suporte, e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos, com a profundidade julgada necessária nas circunstâncias, tendo mantido contactos, com o Conselho de Administração e com diversos serviços da empresa, tendo solicitado e obtido todos os esclarecimentos e informações considerados necessários.

No âmbito das nossas funções, analisámos o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, concluindo que o mesmo satisfaz os requisitos legais. De igual modo, analisámos as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as quais compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, elaboradas pelo Conselho de Administração, nomeadamente quanto aos princípios contabilísticos usados na sua preparação e respectiva aderência aos geralmente aceites em Portugal nos termos da legislação em vigor, bem como à observância dos preceitos legais e estatutários.

A proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração enquadra-se nas disposições legais e estatutárias aplicáveis.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas, emitido pelo Revisor Oficial de Contas, com o qual manifesta a sua concordância.

Nesta conformidade, somos do parecer que os supra citados documentos de prestação de contas, bem como a proposta de aplicação de resultados, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias, reunindo as condições para serem aprovados pelos Accionistas.

O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores da, S.A., pela disponibilidade manifestada.

Atouguia da Baleia, 9 de Fevereiro de 2011

O Fiscal Único

Dr. Carlos Leiria Duarte (Roc nº 795)

GLOBAL G.A.P.
The Global Partnership for Good Agricultural Practice



CARLOS LEIRIA DUARTE

REVISOR OFICIAL DE CONTAS Nº 795
ORDEM DOS ECONOMISTAS Nº 1749

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras de HORTAPRONTA – HORTAS DO OESTE, S.A. as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de balanço de 12 131 734 euros e um total de capital próprio de 4 618 798 euros, incluindo um resultado líquido de 242 534 euros) as Demonstrações dos resultados por naturezas, Demonstração de alterações do capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

CARLOS LEIRIA DUARTE

REVISOR OFICIAL DE CONTAS N.º 795
ORDEM DOS ECONOMISTAS N.º 1749

a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos por princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, utilizadas na sua preparação;

a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de HORTAPRONTA – HORTAS DO OESTE, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras

Atouguia da Baleia, 9 de Fevereiro de 2011

CARLOS LEIRIA DUARTE
Revisor
Oficial de Contas n.º 795

